

BRASIL: EDUCAÇÃO PARA A ELITE E EXCLUSÃO PARA A MAIORIA

Para Dermeval Saviani a falta de um sistema nacional de ensino básico instalado para atender a todos durante o ciclo de oito anos, caracteriza a escola brasileira como seletiva e elitista

*Dermeval Saviani, Professor Titular do Departamento de Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, é o entrevistado de **Comunicação & Educação** deste número. É autor, entre outros, dos livros **Educação brasileira, estrutura e sistema; Educação: do senso comum à consciência filosófica; Política e educação no Brasil; Escola e democracia; Pedagogia histórico-crítica, primeiras aproximações; e Educação e questões da atualidade**. Aponta como o grave problema do ensino brasileiro a falta de um sistema nacional de ensino básico instalado para atender a todas as crianças e jovens durante os oito anos do ciclo básico. A evasão escolar logo nas primeiras séries tem servido a e é resultado de uma política que não coloca à disposição da Educação recursos financeiros e infra-estrutura suficientes e capazes de responder a toda a demanda. Dermeval Saviani analisa crítica-*

mente os resultados indicados pelo SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) como causas da evasão escolar; e garante que os novos Parâmetros Curriculares não terão o impacto necessário para incidir positivamente sobre a qualidade do ensino. Conheça, nas páginas seguintes, as instigantes idéias do Professor Dermeval Saviani.

*Por:
Roseli Fígaro.*

Revista Comunicação & Educação: *Os índices de aprovação escolar do alunato brasileiro é um dos mais baixos do mundo. Onde está a origem de tão grave problema?*

Dermeval Saviani: Obviamente, as causas desse problema são várias. Eu diria que a origem está na protelação, por parte das nossas elites, da instauração de um sistema nacional de educação, que foi a via que os demais países seguiram para universalizar a escola básica. Esses países organizaram seus sis-

temas nacionais de ensino no final do século passado e, com isso, universalizaram o ensino primário, importante para erradicar o analfabetismo, já na primeira metade desse século. O Brasil não tomou medidas nesse sentido e com isso o déficit educacional foi se acumulando de tal modo que ainda hoje nós não só nos encontramos com a escola primária não-universalizada, como também, do ponto de vista dos números absolutos, a quantidade de analfabetos foi aumentando. A razão pela qual medidas efetivas não foram tomadas, em termos de educação, diz respeito ao caráter extremamente desigual da nossa sociedade e às nossas elites que só vêm os seus interesses mais imediatos. Em consequência, o sistema de ensino brasileiro foi marcado por um caráter extremamente elitista e seletivo, que se organiza para escolher, ou seja, para selecionar os considerados melhores e, conseqüentemente, expulsar aqueles que não se adequam a esse tipo de sistema.

RCE: *O SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) indicou em suas duas rodadas de pesquisas (uma feita em 1990 e outra em 1993) como principais causas do baixo rendimento escolar dos alunos de primeira, terceira, quinta e sétima séries do primeiro grau a associação dos seguintes fatores: forma de escolha de diretores e professores (não concursados); baixa disponibilidade de equipamentos e recursos escolares; não funcionamento do Conselho de Classe em*

conjunção com a autonomia dos professores; baixa escolaridade dos professores e diretores; baixa disponibilidade do livro didático; baixo grau de desenvolvimento dos conteúdos curriculares pelos professores. O que o senhor pensa sobre o assunto? Quais seriam, a seu ver, medidas objetivas que poderiam ajudar a superar esse quadro?

Dermeval: Parece-me que as razões enfocadas pelo SAEB são mais sintomas, manifestações, portanto, do problema do que propriamente causas do mesmo. Para mim, há duas causas fundamentais para que ele venha se agravando, e não se encontrem mecanismos de solução. Uma é de caráter externo, diz respeito às condições sociais e se expressa na situação de extrema desigualdade e da péssima distribuição de renda. Na medida em que a população, na sua maioria, enfrenta situações econômicas altamente precárias, isto se reflete e determina dificuldades não só em relação ao sucesso na escola, mas de acesso à mesma. A outra, diz



Demerval Saviani: é preciso universalizar a escola básica

respeito a questões internas à escola. Parece-me que a causa fundamental é o baixo nível de investimento em matéria de educação. O atual Governo vem batendo na tecla segundo a qual as necessidades da educação já estão atendidas, o acesso está resolvido e que os recursos colocados à disposição são suficientes. Argumenta-se que o problema persiste do ponto de vista não do acesso, mas da permanência. E a permanência é dificultada por esse mecanismo seletivo, daí um conjunto de causas que, de uma certa forma, dizem respeito ao funcionamento da escola. Argumenta-se, quanto aos recursos alocados, que eles são, de modo geral, suficientes mas que são mal distribuídos e mal utilizados. Quanto ao problema da seletividade, indicam-se medidas de avaliação da qualidade, visando a ações que venham a corrigir as deficiências. Mas parece-me que os recursos destinados à educação não são suficientes. Pelos indicadores internacionais, o Brasil é um dos países que menos investe em educação.

O Brasil não chega a gastar 4% do PIB (Produto Interno Bruto) em educação, enquanto a maioria dos países ultrapassa esse índice. O Japão e a Coreia, por exemplo, chegaram a investir em torno de 15% do PIB. Na realidade os recursos não são suficientes. E não são suficientes também porque há um déficit histórico imenso. Afinal o sistema nacional de educação não está instalado.

É preciso investimentos maciços para implantá-lo e, depois, para mantê-lo. Só a partir daí os recursos poderão ser dimensionados segundo o orçamento. Mas para implantar é necessário captar recursos extras, porque os recursos orçamentários regulares não são suficientes para isso. Se nós entendermos, por exemplo, o que a Constituição determina em matéria de investimentos em educação, acho que isso fica claro. Segundo a Constituição, a União deve investir um mínimo de 18% do seu orçamento na manutenção e no desenvolvimento do ensino e os Estados e Municípios, 25% dos respectivos orçamentos para os mesmos objetivos. Agora, o que significa manutenção e desenvolvimento do ensino? Ora eu mantenho e desenvolvo aquilo que existe. Seria necessário ter, primeiro, um sistema já instalado – um sistema instalado quer dizer: um ensino fundamental obrigatório com vagas suficientes para absorver toda a população em idade escolar; segundo, que essa população tivesse condições de permanecer os oito anos, concluindo até a oitava série. Ou seja, um sistema capaz de absorver toda a população não só no ingresso mas na permanência. Manter significa assegurar o funcionamento: manter a infra-estrutura, repor aquilo que é gasto. Tudo dimensionado: número de vagas e a infra-estrutura necessária, salas de aulas suficientes para todos os alunos (com carteiras suficientes), com os instrumentos de trabalho elementares (como

quadro-negro, giz, apagador), livros didáticos e/ou eventualmente até recursos tecnológicos. Tudo implantado e dimensionado para um sistema de oito séries e para toda a população. Desenvolver significa investimento para atender às necessidades de expansão e aperfeiçoamento do sistema. É claro que se a população cresce, o sistema tem de ampliar-se proporcionalmente para absorver os novos alunos. Outro aspecto de desenvolvimento diz respeito à atualização e aperfeiçoamento. À medida que a sociedade avança e novos recursos tecnológicos são incorporados, a educação também tem que os incorporar, seja em termos da preparação (adequadas a essas novas necessidades), seja em termos de atualização de pessoal, com relação às novas exigências dos avanços tecnológicos, das metodologias e das tecnologias educacionais, tanto dos métodos como dos instrumentos. Bem, se o sistema estivesse instalado nós poderíamos considerar os 18% do orçamento como recurso razoável, é quase um quinto do orçamento da União, e os 25% representam um quarto do planejamento dos Estados e Municípios. Mas a realidade é outra e se faz necessário um investimento maciço em educação. O baixo investimento implica em uma série desses indicadores que o SAEB constata. Quer dizer, professores e dirigentes das escolas mal preparados – mas poderíamos acrescentar que são mal pagos também; horários comprimidos na

grade escolar, o que impossibilita um acompanhamento mais efetivo para os alunos.

Assim, já se prevê que o número de alunos diminua ao longo das séries. Por exemplo, o ingresso de um número X de alunos na primeira série resulta, na segunda, uma perda em torno de 40 a 50%. Já na segunda série dispõem-se dos recursos para a metade e não para a totalidade dos alunos que ingressaram, e assim sucessivamente, até chegarmos aos números escandalosos de evasão escolar que todos conhecem.

Com isso, precisa-se de um número de classes muito menor com as últimas séries do que com as primeiras; cai também o número de professores etc. Portanto, os recursos são direcionados dessa maneira. De outro lado, se diz também que o sistema é condicionado em função das camadas médias, que são aquelas que dispõem, nas próprias famílias, de um certo ambiente cultural capaz de dar apoio para os alunos. Há um ambiente de estudos, há um acompanhamento pelos próprios pais. Quando o sistema se amplia, a partir da década de 50, incorporando as camadas populares, entram para a escola crianças cujos pais são analfabetos, vivem em casas precárias, ficam, portanto, sem ambiente de estudo. A escola também não tem horários, nem professores com tempo para poder orientá-las. Em consequência os índices de fracasso virão com certeza. Parece-me, então, que

a causa principal do fracasso escolar está no baixo índice de investimento em educação, em termos internos; e em termos externos, diz respeito à desigualdade social e às condições econômicas.

RCE: *O SAEB também apontou como grande desafio elevar o nível de escolaridade de professores e diretores de escola. Como dimensionar esse problema de acordo com as realidades regionais e superá-lo? O que o senhor defende que deva ser feito? O que a Universidade pode fazer para colaborar?*

Dermeval: De certo modo, nós voltamos àquela questão fundamental, porque a elevação do nível de escolaridade dos agentes do ensino fundamental e médio, envolve, fundamentalmente, melhoria das condições salariais e das condições de trabalho. A melhoria das condições salariais está vinculada à fixação de uma carreira no magistério e a carreira vai envolver duas coisas: de um lado, os níveis salariais e, de outro lado, os requisitos de formação. Assim é possível, ligando os dois, levar os profissionais a melhorarem a sua qualificação. Correspondente a isso é necessário que haja uma oferta no nível das Universidades. Mas essas coisas têm que estar articuladas, porque não adianta a Universidade fornecer essas oportunidades se boa parte do professorado não tem condições de freqüentar cursos de formação ou só uma parte deles irá freqüentar. Como mostra a tendência, os professores que podem in-

vestir em seu aperfeiçoamento não voltam para a escola, porque as condições são muito precárias.

RCE: *Frente aos problemas levantados pela Avaliação Nacional, como os novos Parâmetros Curriculares propostos pelo MEC podem ajudar a elevar a qualidade de ensino?*

Dermeval: Eu entendo que não há uma relação direta entre os Parâmetros Curriculares e a qualidade de ensino. Claro que indiretamente existe, mas quando digo que não há uma relação direta é porque os Parâmetros têm a função de orientar a forma como as escolas vão organizar seus próprios currículos. Há inclusive quem defenda que não deve haver parâmetro algum, que a escola é inteiramente autônoma. O objetivo dos Parâmetros não é propriamente elevar a qualidade do ensino mas sim manter uma orientação mais ou menos comum. A idéia de Parâmetros implica em uma posição intermediária, ou seja, de um lado se admite que não se deve centralizar a ponto de determinar quais os currículos que devem funcionar em cada uma das escolas; e de outro, também entende-se que não se deve deixar as escolas inteiramente livres para fixar os seus próprios currículos. É nesse sentido que eles podem ter algum influxo na questão da qualidade, mas esse influxo vai depender também da qualidade dos próprios Parâmetros. Você sabe que essa é uma matéria bastante polêmica na comunidade educacional.

Tanto é que o MEC tomou a iniciativa de formar os Parâmetros e contratou algumas assessorias – algumas delas buscadas em escolas privadas – e depois enviou o produto desse primeiro trabalho para os educadores, individualmente, emitirem parecer. Vários deles se recusaram a fazê-lo, outros fizeram mas com críticas bastante contundentes – tanto ao processo de formação dos Parâmetros quanto ao caráter dos Parâmetros que estão sendo propostos. Em um contexto como este, o impacto sobre a qualidade é bastante problemático.

Parece que os Parâmetros Curriculares, em nível nacional, poderiam ter um efeito positivo sobre a qualidade das escolas, se preenchidas duas condições: uma relativa à sua própria qualidade, ou seja, à formulação de diretrizes regulares consistentes e adequadas à realidade e fundamentadas nos avanços da ciência da educação; e a outra relativa ao processo, ou seja, deveria ser democrático e transparente.

Democrático no sentido de envolver a comunidade educacional, informando-a o mais possível; e transparente no sentido de suas razões e objetivos serem claros e submetidos ao debate público. A exclusão de ambas obviamente compromete o projeto, pois a comunidade não assume essa direção e, conseqüentemente, o efeito no nível da qualidade tende a ser mais negativo do que positivo.

RCE: *Afirma-se que a falta de equipamentos e recursos pedagógicos, qualidade dos livros didáticos e de materiais de apoio também são fatores que incidem sobre o baixo rendimento dos alunos. O que o senhor pensa sobre isso?*

Dermeval: Eu entendo que os recursos são importantes. Mas eles são recursos, são instrumentos e não substituem os agentes educacionais. É por isso que o investimento em recursos materiais, instrumentais que não estejam acompanhados de investimento nos recursos humanos, nos agentes do processo, tende a se configurar, logo mais à frente, dois ou três anos após, em desperdício de recursos. Isto vale tanto para os recursos mais tradicionais, como os livros didáticos, quanto para os recursos mais sofisticados como televisão, computadores etc. Isto porque os instrumentos são, desde a origem da humanidade, buscados no sentido de maximizar, potencializar as ações humanas. Por isso a definição originária de instrumento: a extensão dos braços humanos – desde aquele velho galho que o macaco utilizou para alcançar um fruto, que ele diretamente não alcançava, até os complexos automáticos, os satélites, as altas tecnologias são extensões dos braços humanos, potencializam as ações humanas. E, enquanto tal, o determinante é, portanto, a prática humana, o modo como e o para quê esses recursos são utilizados. A tal ponto que até mesmo deficiências instrumentais po-

dem ser não só compensadas mas até mesmo potencializadas pela ação dos agentes.

Há situações na produção material em que os recursos instrumentais são decisivos; no processo educativo, no entanto, os recursos decisivos são os humanos, isso devido à sua própria natureza. A prática material se dirige a um produto material que se separa do produtor. A educação é alta produção material cujo produto não se separa do produtor, portanto o elemento determinante é a ação humana. Assim, mesmo recursos instrumentais deficientes podem ser potencializados produtivamente.

Por exemplo, o livro didático é importante, sem ele o professor fica um pouco desamparado. Mas o problema é a dependência do professor em relação ao livro didático. Quando o professor, para desenvolver suas aulas, depende do livro didático nos dois aspectos que o livro didático articula – os conteúdos e a forma – revela-se o alto nível de dependência do professor. Por isso, costumo dizer que o livro didático é o grande pedagogo das nossas escolas. Pois qual é o papel da pedagogia? É justamente o de articular a teoria da educação com os processos de aprendizagem. Mesmo que o professor tenha tido uma boa formação no nível dos conteúdos, ele depende do livro didático para a fórmula, porque ele não sabe bem como organizar o

conjunto de informações a serem trabalhadas ao longo das séries. O livro didático é que vai ditar: na primeira faz isso, na segunda faz aquilo. Mas, não é muito raro que o professor dependa do livro didático também em relação ao conteúdo. Ele não tem o domínio seguro do próprio conteúdo e o livro didático vem no sentido de suprir essa falta. Se o livro didático contiver falhas com relação aos conteúdos e também em relação ao próprio processo pedagógico, o professor vai estar limitado e ensinando errado. Agora, na medida em que o professor utiliza os recursos disponíveis, inclusive o livro didático, como um meio de se relacionar com os alunos, então mesmo as eventuais falhas do livro didático poderiam ser capitalizadas positivamente. O professor desenvolve, sem dúvida, melhor a sua disciplina usando o livro didático, ainda que o livro esteja muito perto do fraco, desde que ele seja capaz de capitalizar pedagogicamente tais falhas. Você pode utilizar um livro mas nem por isso reiterar suas possíveis falhas, pelo contrário, a partir das falhas o professor poderá mostrar aos alunos que o que está no livro também deve ser objeto de análise crítica, de confronto com outras fontes de informações. Isto cabe também para os recursos mais sofisticados.

RCE: Os Parâmetros Curriculares propõem que se trate, em sala de aula, dos conteúdos ética, educação sexual, saúde e meio ambiente de maneira transversal. O que sig-

nifica concretamente essa inovação? O que se pode entender por transversalidade? Os professores estão preparados para tratar desses assuntos?

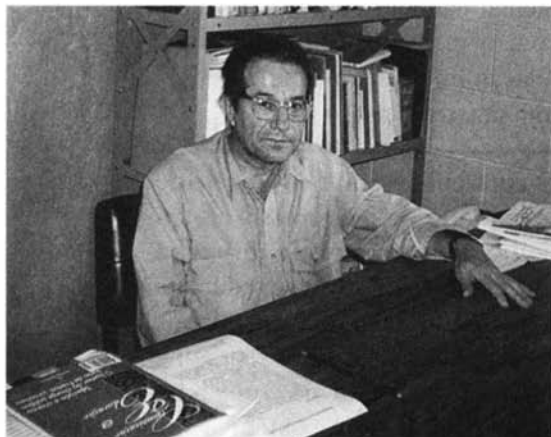
Dermeval: O que temos percebido em relação a isto é que, na verdade, trata-se de uma nomenclatura sonora, que se introduz nos meios educacionais para que eles se reformem. Infelizmente, as inovações dizem mais respeito a terminologias do que a ações de fato. Então, a denominação de interdisciplinaridade, transdisciplinaridade ou transversalidade não tem nenhuma incidência no que, de fato, acontece em sala de aula. Ao contrário, o que tenho observado é que há uma incidência negativa. Eu me lembro de que, quando saiu a Lei 5692, uma das análises que fiz foi a do papel desmobilizador que as reformas desempenham. Porque quando a população, basicamente os pais, começam, de alguma forma, a entender o que está se passando na escola, vem uma reforma e a mera mudança de nomenclatura os desmobiliza. Os pais não têm condições de acompanhar as alterações de nomenclatura. Veja, se a criança está fazendo uma lição e não consegue entendê-la, pede ajuda aos pais e estes não conseguem sequer compreender os enunciados propostos, pois a nomenclatura já os desarma, levando-os a se justificarem com a famosa frase: "no meu tempo não era assim". Isso acaba por provocar um efeito negativo sobre as crianças, na medida em que as leva a questionar o por-

quê de estudar aquilo, se daqui a algum tempo aquele conteúdo não será mais ensinado daquela forma e não mais utilizado daquela maneira.

Nos Parâmetros Curriculares há também um pouco deste gosto pela novidade, pelos modismos na introdução destas expressões. Mas que não indicam nada de significativo, porque ou se postula que Ética, Educação Sexual, Educação Ecológica são importantes para trabalhar nas escolas e que isso deve ocupar algum espaço na montagem curricular ou que não.

Penso que o grande debate que tem havido já há bastante tempo é sobre se esses assuntos devem se constituir em disciplinas, ao lado daquelas clássicas, ou se é mais um apelo do momento e que encontra, do ponto de vista pedagógico, dificuldades para ser incorporado ao currículo. A questão é: são conteúdos importantes, são necessidades reais da época atual, ou trata-se de conteúdos que já são, de algum modo, contemplados pelas disciplinas clássicas dos currículos? Por exemplo a Ecologia, pode-se trabalhar essa questão quando se estuda Ciências Naturais. Educação Sexual pode ser trabalhada em Biologia Humana, Anatomia e Fisiologia Humanas. De outro lado, são conteúdos que têm ponto de contato com outras disciplinas como a Sociologia, a Filosofia. O problema, então, é identificar o que

é disciplina, o que é transdisciplinar ou é discutir a articulação curricular? São essas questões que não são suficientemente aprofundadas na proposta dos novos Parâmetros Curriculares.



Saviani defende contratos de tempo integral para o professor

RCE: *Em 1990 o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos, convocada pela UNESCO e outras instituições internacionais. A partir dos compromissos ali assumidos o Governo brasileiro elaborou o Plano Decenal de Educação para Todos, tendo como ponto principal a recuperação do ensino básico. Quais atitudes seriam necessárias para tirar tais declarações do papel, materializando-as em atitudes objetivas?*

Dermeval: É basicamente aquilo que já comentei nas questões anteriores. Foi em decorrência dessa Conferência de 1990 que, em 1993, o Governo formulou o Plano Decenal de Educação para Todos. Mas, na verdade, a premência da formulação do Plano estava mais ligada à questão da obtenção de fi-

nanciamentos externos, porque era condição para o país fechar alguns acordos internacionais. O Plano foi feito de forma altamente rápida para atender a essa necessidade e, como tal, acabou não sendo amplamente discutido, embora contenha aspectos positivos, até porque foi elaborado na gestão do ministro Murilo Hingel, pessoa de afinidades com a Educação.

O Plano traz um diagnóstico já feito e refeito das necessidades da Educação, mas é um Plano que não tem sido implementado de forma sistemática. As medidas a serem tomadas são praticamente aquelas que já destaquei, ou seja, decisão de revisar de fato a Educação. O nosso problema é que a Educação é normalmente prioridade nos discursos, mas não é de fato nos orçamentos. Tomar atitudes de fato envolve a captação de recursos extras para se implantar o sistema de educação básica.

Para implantar um sistema de Educação é preciso, por exemplo, ultrapassar a fase dos contratos de professores por hora-aula e passarmos para contratos de tempo parcial e de tempo integral. Se a Pós-Graduação teve um desenvolvimento significativo e ganhou uma certa consistência foi justamente porque se decidiu investir e condicionar o seu desenvolvimento, nas Universidades, à implantação dos contratos de tempo integral. Com isto nós chegamos a ter

um sistema de Pós-Graduação que é um dos mais avançados do mundo. Porque houve vontade política para pôr isso em funcionamento. É o que está faltando com relação ao ensino fundamental. À medida que se passa a contratos de tempo integral ou pelo menos de tempo parcial (de 30h), fixam-se os professores nas escolas. Aí é possível cuidar de seu funcionamento e dar condições mais adequadas para ela operar em termos de jornada escolar.

RCE: *O acesso à educação sempre foi entendido, principalmente pelas camadas mais humildes, como acesso a novas oportunidades de trabalho e melhoria econômica do nível de vida. Como o senhor vê esse acesso na atual conjuntura de inovações tecnológicas e desemprego? Quais as relações entre escolaridade e acesso ao mercado?*

Dermeval: No contexto atual, da terceira revolução industrial, a revolução da eletrônica, da informática algo que de certo modo se tornou consensual é a importância da escolarização fundamental. Esse tipo de sociedade exige o desenvolvimento do pensamento abstrato e a capacidade de raciocinar formalmente e estas são qualidades que evoluem e estão associadas à aprendizagem de tipo escolar. É nesse quadro que nós notamos que a própria visão do empresariado se modificou. O empresário nunca havia se preocupado com a escolarização popular, com a alfabetização. Eles também têm se posicionado diante do fato negativo de o país ter

ainda um expressivo contingente de analfabetos. Por esse aspecto, o acesso à escolaridade é um requisito importante para o exercício de funções produtivas no contexto atual. No entanto, o ensino fundamental não tem uma relação direta com o mercado de trabalho, uma relação imediata, mas uma relação indireta, mediata.

O currículo escolar é todo ele determinado pelo processo de trabalho, mas no sentido do trabalho como forma através da qual o homem trata a natureza, transformando-a segundo as suas necessidades. É a forma como o homem produz sua existência que vai determinar o que é necessário ele dominar para viver nesse tipo de sociedade. O currículo escolar é determinado pelo grau de desenvolvimento do processo produtivo.

Foi por isso que a sociedade moderna generalizou o requisito escolar, porque se trata de uma sociedade centrada na cidade e na produção industrial. A sociedade industrial incorporou a Ciência como meio de produção, e requer dos cidadãos que tenham conhecimento das leis que regem a natureza e, portanto, os elementos científicos procuram dar conta da compreensão dessas leis. De outro lado, requer também que o cidadão tenha conhecimento das leis que regem a organização social, que regem as instituições da vida, as relações entre os homens. Esta é a base do currículo clássico

da escola elementar. Trata-se de estudar as ciências da natureza e as ciências da sociedade. As ciências da natureza são traduzidas na escola elementar pelo conjunto de disciplinas chamada Ciências, que inclui também a Matemática. As Ciências Sociais (as ciências da sociedade) são traduzidas pelos componentes História e Geografia; a História no sentido de se estudar o tempo e a Geografia como instrumento de estudo da distribuição das sociedades nos espaços.

Como a ciência não se expressa oralmente e sim através da escrita e, considerando, ainda, que as ciências são incorporadas às sociedades, isso implica então na incorporação da escrita. A sociedade se organiza pressupondo a forma de comunicação escrita, sobrelevando a importância de outro componente do currículo elementar, que é o domínio da língua na sua expressão escrita, o processo de alfabetização. Isso é requerido de todos os cidadãos, independentemente do tipo de atividade que ele vá desenvolver.

Ou seja, quem ficar marginalizado de algum desses elementos, de certa forma está também marginalizado socialmente e não participa ativamente de uma sociedade com tais características. Esses conhecimentos são necessários para a inserção do cidadão na sociedade e, portanto, no mercado de trabalho. O terceiro grau sim tem uma relação direta com a formação profis-

sional. O segundo grau fica em uma situação intermediária e por isso ele é puxado tanto para cima quanto para baixo. Às vezes é organizado segundo o modelo do ensino fundamental, em outros momentos se insiste em implantar a formação técnico-profissional. Voltando à sua pergunta, as camadas populares vêm a escola como um mecanismo de acesso a posições sociais, posições de mercado de trabalho mais satisfatórias. Acredito que o ensino fundamental é importante para isto exatamente porque, não dominando aqueles elementos que caracterizam a estrutura do ensino fundamental, ele será, de algum modo, marginalizado devido à forma social predominante. Essa consideração da escola como um mecanismo de ascensão social já foi altamente criticada pelos teóricos e críticos da educação no que ela contém de mecanismo ideológico. Por um lado, possibilita uma certa ilusão de que através da escola a ascensão social será obtida, sem que se considerem outros determinantes sociais e econômicos mais fortes; e, de outro lado, promove uma certa cooptação das camadas populares. Apesar de todas essas considerações, não se pode negar que a escola desempenha de fato o papel de viabilizar uma ascensão social.

RCE: *Em um breve retrospecto, como o senhor poderia sintetizar a relação entre a escola e os períodos de democracia no Brasil?*

Dermeval: Considero que não há simetria entre o movimento da política

e o movimento da educação, de tal modo que se possa dizer que os períodos democráticos foram períodos de maior abertura, de avanços na educação; e os períodos autoritários, ditatoriais foram períodos de fechamento e involução na educação. De uma certa maneira, os períodos autoritários instrumentalizaram a educação, segundo os seus objetivos e suas finalidades, mas essa instrumentalização pôde significar, sob certos aspectos, um forte desenvolvimento de determinados setores. Se se toma, por exemplo, o período pós 30, nós vamos ter um período bastante dinâmico, com amplos debates no campo educacional, que vêm no embalo de toda a fermentação da década de 20. No campo educacional nós temos, em 1924, a fundação do CBE (Centro Brasileiro de Educação), que organiza as conferências nacionais de educação em 1927, 28 e 29 e tem seqüência depois em 1930/31. Com a Revolução de 30, é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que instituiu o ensino secundário, o ensino comercial e o ensino superior. Logo se baixa o decreto criando os Estatutos da Universidade Brasileira. Depois vem a Constituinte e toda a discussão sobre o Capítulo da Educação. Os Renovadores levantam teses e buscam mobilizar-se. A Igreja Católica, por sua vez, cria a LEC – Liga Eleitoral Católica, também defendendo um conjunto de teses que deveriam figurar na Constituição. Em 35 há a Aliança Libertadora Nacional e, em decorrência da Constituição de 34, há também a

elaboração do Plano Nacional de Educação. Mas em 37 esse processo todo é interrompido com a outorga de uma nova Constituição e a instituição do Estado Novo. Se de um lado essa nova situação restringiu o espaço de debates, por outro o Estado tenta aparelhar os órgãos públicos e isso implica em um certo desenvolvimento, que tem importância posteriormente. Por exemplo: a criação do Serviço de Estatística da Educação e da Cultura e a fundação, em 1938, do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos). A corrente dos Renovadores se posiciona diferentemente, nesse período.

Enquanto, por exemplo, Lourenço Filho colabora com o Regime, torna-se um doutor emérito, faz conferências procurando ligar o regime com as tarefas da educação, Anísio Teixeira entende que suas idéias são incompatíveis com o regime ditatorial e sai da vida pública. Só vai retornar depois da queda do Estado Novo.

Fernando Azevedo fica numa situação intermediária. Nesse período ele redige a obra **Cultura Brasileira**, como uma Introdução ao recenseamento, o qual é feito no decorrer do Estado Novo. Depois vêm as Reformas de Capanema de 42, 43 e, posteriormente ao Estado Novo, a de 46. Elas deram uma estrutura nacional para a educação. Estrutura, aliás, claramente autoritária e dualista porque concebe um tipo de educação com caráter técnico-profissional para a população em ge-

ral, e a educação secundária que abria um leque de possibilidades, em nível superior, para as elites. Mas, de qualquer forma, estruturou a educação em nível nacional e aquilo foi a base para a Lei de Diretrizes e Bases. Pela Reforma de Capanema, o ingresso na primeira série do ensino médio determinava toda a seqüência dos estudos. A LDB flexibilizou a estrutura e estabeleceu equivalentes de tal modo que a qualquer momento se podia passar de um ramo para outro com o aproveitamento dos estudos, fazendo apenas eventuais adaptações. A LDB também tornou possível o acesso a qualquer carreira do nível superior. Mas a estrutura era basicamente aquela e foi mantida. Depois disso temos, então, entre 45 e 64, a chamada democracia relativa. Houve, nesse período, alguns avanços, de modo especial a partir das pressões das organizações populares para que se abrisse a oferta de vagas públicas no primeiro ciclo do nível médio (o ginasial). É um período de grandes mobilizações em torno da questão da profissionalização, em torno da educação popular. Essas mobilizações são cortadas com o Golpe de 64. Mas a política educacional da Ditadura vai implicar determinadas ênfases e com isto a educação vai ter um certo desenvolvimento – claro que não na direção que a chamada sociedade civil buscava desenvolver a partir das mobilizações anteriores e sim na direção que os grupos que tinham assumido o poder queriam.

Contraditoriamente, o regime militar define um projeto de Brasil potência e vai incentivar a pesquisa e a formação de quadros. Para isso instala o Plano Nacional de Pós-Graduação. No próprio bojo do regime há na sociedade dois movimentos importantes: um é a mobilização contra a Ditadura e o outro é o desenvolvimento dos estudos e pesquisas educacionais propiciados pela Pós-Graduação. Temos aí uma efervecência muito grande e um desenvolvimento importante da área educacional que se tornou reconhecido na comunidade científica.

Nesse processo gesta-se, na segunda metade da década de 70, desembocando na década de 80, toda a mobilização da sociedade pelo fim da ditadura. Mas as realizações no campo educacional não foram correspondentes a toda aquela movimentação que se fez no período de abertura política. É por isso que, sob certos aspectos, os resultados são um tanto quanto frustrantes.

Desembocamos na década de 90 em um quadro de perplexidades. É nesse sentido que digo que não há uma simetria entre avanços na educação e os períodos de maior ou menor democracia no Brasil. É uma situação de fato contraditória.

RCE: *Quais as atitudes pertinentes à escola frente às novas tecnologias da comunicação? O papel do professor mudou?*

Dermeval: Temos de distinguir duas coisas: uma diz respeito àquelas modificações que são reais e às quais a escola deve ficar atenta, procurando fazer frente a elas.

A disseminação dos meios de comunicação de massa é um dado que a escola não pode ignorar, porque eles têm um peso importante nas vidas das crianças e à escola cumpre levar em conta esse dado e procurar responder essas necessidades de diferentes maneiras, seja em termos de se adequar a essa nova situação, seja em termos de incorporar alguns desses instrumentos no seu próprio processo de trabalho.

De outro lado, temos que estar atentos ao quanto isto tem de mistificação e de moda, de onda. Fala-se muito das novas tecnologias e seus impactos na educação – que hoje a escola não é mais e nem pode ser como antes, que ela tem que se desenvolver, os meios de comunicação de massa exigem isso e as novas tecnologias avançadas em informática também etc. Acho que temos que ser mais críticos com relação a essas formulações. Na verdade, há um papel específico para a escola no núcleo básico que não chega a ser propriamente afetado por essas manifestações, as quais têm um grande impacto na conjuntura, mas nem sempre significam alterações mais estruturais no papel e no significado da Educação. Acredito que os fundamentos e os princípios que dizem

respeito à compreensão daquilo que torna possível esse avanço tecnológico, permanecem. É importante que a escola garanta o acesso à cultura letrada. É sobre esta base que a sociedade se consolida e, em consequência, permite o domínio de outras formas de expressão.

RCE: *O senhor acha que a centralidade dos meios de comunicação na vida da sociedade aproxima as áreas do saber da Pedagogia e da Comunicação? Por quê? Do ponto de vista da Filosofia da Educação como tratar tal aproximação?*

Dermeval: De certo modo sim, porque essa centralidade dos meios de comunicação facilita as formas de acesso às informações. Mas eu entendo que devemos distinguir a comunicação, no sentido amplo, que envolve e de certo modo está na base da própria sociedade. E uma sociedade só é possível na medida em que seja constituída por uma comunidade de pessoas que se relacionam, comunicam-se entre si. A comunicação, nesse sentido, implica na transcendência. Comunicar-se significa não ficar restrito à sua situação e às suas opções pessoais, mas ser capaz de compreender a situação dos outros e as opções dos outros. Como tal, a comunicação é um aspecto essencial da educação, porque na base disso está a socialização. A educação é necessária exatamente porque o homem não tem as suas condições de existência garantidas pela natureza, ele tem de produzi-las. E ele

não as produz individualmente, produz na relação com os outros e isso envolve então o desenvolvimento de formas de relacionamento que devem ser aprendidas.

A educação tem que dar conta desses elementos de modo que as novas gerações possam incorporar aquilo que vem sendo produzido historicamente pela humanidade e, nesse sentido, ser contemporâneas da sociedade em que estão. A educação não pode ser outra coisa senão um processo de comunicação.

Há também um sentido mais específico de comunicação, que envol-

ve uma área determinada e envolve um certo grau de especialização, ou seja, a formação de profissionais que vão cuidar dos processos específicos da comunicação. Esse conjunto de agentes, de profissionais, se especializa em termos de tornar esses recursos acessíveis ao conjunto da população e em termos de especificar o sentido deste processo, sua importância e seus limites. Acho que podíamos pensar esta questão no quadro da visão teórica que procurei expor ao longo dessa entrevista. Estes processos fazem-se presentes em função do que está posto à sociedade como um todo.

Resumo: O Professor Doutor Dermeval Saviani fala de qualidade de ensino e da falta de instalação, no Brasil, de um sistema nacional de educação básica capaz de atender a toda a demanda existente e acompanhá-la durante o ciclo básico. Critica o sistema de exclusão das camadas populares do acesso e permanência na escola como resultado da falta de investimentos na Educação. Fala sobre os Parâmetros Curriculares e comenta os resultados do Sistema de Avaliação, SAEB.

Palavras-chave: Ensino básico, Dermeval Saviani, Parâmetros Curriculares, Sistema de Avaliação

Abstract: Professor Dermeval Saviani, specialist in Philosophy and History of Education speaks about the quality of education in Brazil, the new curricular parameters proposed by the Ministry of Education (Ministério da Educação – MEC) and the lack of a completely and efficiently set-up national system for elementary education. He speaks about curricular parameters and comments on results evaluation's systems.

Key-words: Dermeval Saviani, elementary education, curricular parameters, quality of education